

Evolua Energia Operacional SPE Ltda.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 CONTEXTO OPERACIONAL	9
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS	10
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS	20
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
6 FUNDOS VINCULADOS	21
7 IMPOSTOS A RECUPERAR	22
8 PARTES RELACIONADAS	22
9 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	23
10 ATIVO DE DIREITO DE USO	23
11 IMOBILIZADO	24
12 INTANGÍVEL	25
13 FORNECEDORES	26
14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26
15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	28
16 PASSIVO DE ARRENDAMENTO	28
17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30
19 CUSTOS OPERACIONAIS	30
20 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31
21 RESULTADO FINANCEIRO	31
22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
23 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAI	32
24 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	32
25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	35
26 COBERTURA DE SEGUROS	36



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Diretores da
Evolua Energia Operacional SPE Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evolua Energia Operacional SPE Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniel Cruz Arantes Campos'.

Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRCMG-091263/O

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	539	120	Fornecedores	13	789	706
Despesas pagas antecipadamente		37	-	Empréstimos e Financiamentos	14	12.378	10.502
Impostos a recuperar	7	1.110	189	Obrigações tributárias	15	425	2.109
Partes relacionadas	8	-	9.980	Passivo de Arrendamento	16	56	45
Adiantamento a fornecedores	9	2.341	2.268				
Total do ativo circulante		4.027	12.557	Total do passivo circulante		13.648	13.362
				Partes relacionadas	8	5.371	-
Partes relacionadas	8	27.727	-	Empréstimos e Financiamentos	14	89.701	97.029
Fundos Vinculados	6	4.673	1.366	Passivo de Arrendamento	16	7.719	7.265
Ativo de direito de uso	10	7.312	7.096	Total do passivo não circulante		102.791	104.294
Imobilizado	11	167.936	165.451	Patrimônio Líquido	17		
Intangível	12	5.453	5.609	Capital social		84.921	45.296
Total do ativo não circulante		213.101	179.522	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	24.197
				Lucros acumulados		15.768	4.930
Total do ativo		217.128	192.079	Total do patrimônio líquido		100.689	74.423
				Total do passivo e patrimônio líquido		217.128	192.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	32.985	13.718
Custos operacionais	19	<u>(6.808)</u>	<u>(1.465)</u>
Lucro bruto		26.177	12.253
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(4.622)</u>	<u>(1.323)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>21.555</u>	<u>10.930</u>
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		13	177
Despesas financeiras		<u>(8.295)</u>	<u>(3.731)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(8.282)</u>	<u>(3.554)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>13.273</u>	<u>7.376</u>
Imposto de renda e contribuição social	22	<u>(2.435)</u>	<u>(2.502)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>10.838</u></u>	<u><u>4.874</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	10.838	4.874
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>10.838</u>	<u>4.874</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>45.296</u>	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>45.352</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	-	24.197	-	24.197
Lucro líquido do exercício		-	-	4.874	4.874
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>45.296</u>	<u>24.197</u>	<u>4.930</u>	<u>74.423</u>
Integralização de capital	17.2	39.625	(39.625)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	-	15.428	-	15.428
Lucro líquido do exercício		-	-	10.838	10.838
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>84.921</u>	<u>-</u>	<u>15.768</u>	<u>100.689</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		13.273	7.376
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	11	5.450	1.257
Juros com empréstimos	14	15.281	22.000
Amortização de ativo de direito de uso	10	323	296
Amortização do intangível	12	156	36
Custos captação de empréstimos	14	798	1.095
Ajuste ao valor presente sobre arrendamentos	16	1.014	616
		<u>36.295</u>	<u>32.676</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) Redução dos ativos			
Despesas pagas antecipadamente		(37)	61
Impostos a recuperar	7	(921)	(277)
Adiantamento a fornecedores	9	(73)	(2.181)
Aumento/(redução) dos passivos			
Fornecedores	13	83	(4.306)
Obrigações tributárias	15	(1.684)	-
Juros pagos sobre arrendamentos	16	(70)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.434)	(423)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	14	(10.503)	(10.546)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>20.655</u>	<u>15.004</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	11	(7.935)	(59.367)
Aquisições de intangível	12	-	(297)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(7.935)</u>	<u>(59.664)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	15.428	21.246
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	14	(11.028)	(3.281)
Contas a receber com partes relacionadas	8	(17.747)	(9.510)
Pagamentos de principal de arrendamentos	16	(1.018)	(857)
Contas a pagar com partes relacionadas	8	5.371	(661)
Fundos vinculados	6	(3.307)	17.885
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>(12.301)</u>	<u>24.822</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		419	(19.838)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		120	19.958
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u><u>539</u></u>	<u><u>120</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Evolua Energia Operacional SPE Ltda. (doravante referida também como "EVOLUA" ou "Companhia") é uma sociedade empresária limitada de capital fechado, constituída em 18 de fevereiro de 2021, sob a denominação social de Evolua Energia Montes Claros SPE Ltda e posteriormente alterada para a denominação atual na 1ª alteração contratual da Companhia de 28 de maio de 2021, localizada na Rua Levindo Lopes, nº 357, bairro Savassi, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30140-171. A Companhia é controlada pela Evolua Energia Participações S.A. (Controladora).

A Companhia tem como objeto social: (i) a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros; (ii) a prestação de serviços auxiliares de consultoria técnica na área de energia elétrica e serviço de engenharia; (iii) elaboração de projetos, bem como homologação junto às concessionárias de energia elétrica de sistema de geração de energia fotovoltaica; e (iv) a prestação de serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos solares.

A Companhia está no setor de geração distribuída, com foco na geração compartilhada para seus clientes (Pessoas Físicas e/ou Pessoa Jurídicas) que se integram através de um consórcio ou cooperativa.

1.2 Projetos de Geração Distribuída

Etapas do Projeto	UFV Nova Ponte	UFV Montes Claros I	UFV Montes Claros II	UFV Montes Claros III	UFV Buritizeiro I
Município	Nova Ponte/MG	Montes Claros/MG	Montes Claros/MG	Montes Claros/MG	Buritizeiro/MG
Potência (MW)	5	5,5	4,4	5	5
Data Energização	out/21	set/22	fev/23	fev/24	ago/23
Data CAP (Certificado de Aceite Provisório)	mar/22	nov/22	mar/24	mar/24	mar/24
EPCista UFV	Alexandria	Tecnova	Tecnova	BYD	BYD
EPCista Conexão	CEMIG	MBA	MBA	MBA	MBA

2 Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis materiais adotadas

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 26 de março de 2024.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário.

2.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a. IFRS 17 - Contratos de seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)

Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia..

c. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

d. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia..

e. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia não espera efeitos relevantes para as referidas normas.

a. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Alteração ao IAS 1: Classificação de passivos como Circulante e Não-circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

O que se entende por direito de adiar a liquidação.

Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.

Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.

Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

c. Acordos de financiamentos de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo

O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

(iii) Custos subsequentes do ativo imobilizado

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e após a emissão dos certificados de aceite provisório - CAP. Em 31/12/2023, apenas a depreciação referente a UFV de Montes Claros 3 não está reconhecida pois ainda está em construção.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada do ativo intangível, conforme contrato de arrendamento de superfície, é a seguinte:

Todos os projetos mencionados no item 1.2 possuem vida útil estimada de 25 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo contas a receber:

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Empréstimos e financiamentos

Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI

Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRIs, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRIs desde a data de emissão dos CRIs, é composta por juros remuneratórios de IPCA + 10% a.a.. O prazo de vencimento dessa emissão é em agosto de 2030.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia avalia que os contratos com prazo inferior a doze meses e os contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não contém um arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Companhia.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

j. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviço. A receita é reconhecida quando da prestação dos serviços, os quais são medidos em bases mensais.

Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Serviços ou produtos determinados através da prestação de serviços mensal; (ii) Preços determinados em contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) Vida útil do ativo imobilizado e intangível
- b) Taxa incremental dos contratos de arrendamento

A Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	539	120
	<u>539</u>	<u>120</u>

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDIs (99% em 31 de dezembro de 2022), prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

6 Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários celebrados junto a True Securitizadora S.A. em 16 de agosto de 2021 e correspondem aos fundos listados abaixo, mediante a retenção de recursos do preço de aquisição, em conta destinada para este fim:

Fundo de Liquidez: recursos correspondentes às primeiras 12 parcelas de remuneração e amortização do CRI Sênior e deverá manter o montante mínimo das 3 próximas parcelas vincendas de remuneração e amortização do CRI Sênior até a liquidação integral dos CRI, que vem sendo recomposto conforme contrato de cessão.

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de liquidez	4.673	1.366
	<u>4.673</u>	<u>1.366</u>
Não circulante	4.673	1.366

7 Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Pis a recuperar	11	2
Cofins a recuperar	50	11
IR e CSLL a recuperar	1.049	176
	<u>1.110</u>	<u>189</u>

8 Partes relacionadas

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro abaixo por respectivos tipos de operações.

	Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Consórcio Evolua Energia (a)	Repasse	-	4.580
Cooperativa Evolua Energia (b)	Repasse	-	5.400
		<u>-</u>	<u>9.980</u>
Ativo não circulante			
Consórcio Evolua Energia (a)	Repasse	12.099	-
Cooperativa Evolua Energia (b)	Repasse	15.628	-
		<u>27.727</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante			
Evolua Energia Participações S.A. (c)	Reembolso de gastos	5.371	-
		<u>5.371</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se basicamente ao repasse da Consórcio Evolua Energia do valor mensal para o cumprimento do serviço da dívida, quando o valor dos recebimentos vinculados ao contrato do CRI não são suficientes para cobrir o saldo a pagar;
- (b) Refere-se basicamente ao repasse da Cooperativa Evolua Energia do valor mensal para o cumprimento do serviço da dívida, quando o valor dos recebimentos vinculados ao contrato do CRI não são suficientes para cobrir o saldo a pagar;
- (c) O montante de R\$ 5.371 refere-se a pagamentos efetuados pela Controladora a fornecedores das usinas fotovoltaicas.

As transações com as partes relacionadas são firmadas em condições comerciais determinadas entre as partes.

8.1 Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 13 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) a partir dos critérios de rateio determinados pelo Grupo para as despesas de remuneração da Administração.

9 Adiantamento a fornecedores

O montante de adiantamento a fornecedores decorre de prestações de serviços e compras de matérias de manutenção.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores - Materiais	1.495	-
Adiantamentos a fornecedores - Serviços	846	2.268
	<u>2.341</u>	<u>2.268</u>

10 Ativo de direito de uso

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados aos direitos de superfície vinculados as Usinas Fotovoltaicas.

De acordo com o CPC 06 (R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto desses contratos a taxa efetiva de juros de suas captações dos certificados de recebíveis imobiliários, prontamente observáveis, a taxa adotada pela Companhia é 13,63% a.a. (13,63% em 2022). A vida útil dos ativos direitos de uso é de 20 anos.

	Ativo de direito de uso - terrenos
Em 31 de dezembro de 2021	6.032
Adições	1.360
Amortizações	(296)
Em 31 de dezembro de 2022	7.096
Adições	539
Amortizações	(323)
Em 31 de dezembro de 2023	7.312

Matrícula	Início	Prazo (meses)	Valor da Parcela (em R\$)	Índice de atualização	Taxa de Desconto	Mês atualização
-----------	--------	------------------	---------------------------------	--------------------------	---------------------	--------------------

Matrícula 41.083	jan/21	240	7.000	1,07%	13,63%	Dezembro
Matrícula 41.084 (34)	jan/21	240	7.000	1,07%	13,63%	Dezembro
Matrícula 41.084 (70)	abr/21	240	3.500	1,07%	13,63%	Março
Matrícula 18.803	jun/20	240	8.297	1,07%	13,63%	Agosto
Matrícula 7.381	jun/20	240	8.496	1,07%	13,63%	Junho
Matrícula 92.872	dez/20	240	10.000	1,07%	13,63%	Julho
Matrícula 33.189	mai/21	240	10.000	1,07%	13,63%	Mai
Matrícula 84.686	abr/21	240	13.000	1,07%	13,63%	Janeiro
Matrícula 92.929 (51)	jan/21	240	5.200	1,07%	13,63%	Julho
Matrícula 92.929 (59)	jan/21	240	6.000	1,07%	13,63%	Julho

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Máquinas e equipamentos	Ativos a imobilizar	Adiantamentos a fornecedores	Capitalização encargos financeiros, líquidos (a)	Total
Em 31 de dezembro de 2021	-	61.763	43.185	2.393	107.341
Transferência para serviço	27.484	(2.461)	(22.631)	(2.392)	-
Transferência para ativos a imobilizar	-	11.373	(11.373)	-	-
Adições (a)	-	42.892	-	19.544	62.436
Reembolsos CEMIG obras conexão	-	-	(3.069)	-	(3.069)
Depreciação	(1.257)	-	-	-	(1.257)
Em 31 de dezembro de 2022	26.227	113.567	6.112	19.545	165.451
Transferência para serviço	103.160	(84.080)	-	(19.080)	-
Transferência para ativos a imobilizar	-	(11)	11	-	-
Adições (a)	-	2.251	-	8.945	11.196
Reembolsos CEMIG obras conexão	-	-	(3.261)	-	(3.261)
Depreciação	(5.450)	-	-	-	(5.450)
Em 31 de dezembro de 2023	123.937	31.727	2.862	9.410	167.936
Taxa de depreciação - % a.a.	6,1%	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	27.484	113.567	6.112	19.545	166.708
Depreciação acumulada	(1.257)	-	-	-	(1.257)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	26.227	113.567	6.112	19.545	165.451
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	130.644	31.727	2.862	9.410	174.643
Depreciação acumulada	(6.707)	-	-	-	(6.707)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	123.937	31.727	2.862	9.410	167.936

- (a) De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia está capitalizando os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição e construção da planta, correspondentes aos encargos financeiros vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, deduzidos dos rendimentos de aplicações de investimentos temporários realizados pelos fundos vinculados.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização dos ativos.

12 Intangível

	Em serviço				Em curso			Total
	Projeto Nova Ponte	Projeto Montes Claros	Projeto Montes Claros 2	Projeto buritizeiro	Projeto Montes Claros	Projeto Montes Claros 2	Projeto buritizeiro	
Em 31 de dezembro de 2021	1.193	-	-	-	1.456	1.450	1.249	5.348
Adições	-	-	-	-	-	-	297	297
Amortização	(36)							(36)
Em 31 de dezembro de 2022	1.157	-	-	-	1.456	1.450	1.546	5.609
Transferência	-	1.456	1.450	1.546	(1.456)	(1.450)	(1.546)	-
Amortização	(48)	(49)	(44)	(15)	-	-	-	(156)
Em 31 de dezembro de 2023	1.109	1.407	1.406	1.531	-	-	-	5.453

O ativo intangível é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que, para 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou a existência de indicativos que pudessem representar desvalorização. A totalidade do intangível da Companhia está em curso, referem-se aos pareceres de acesso e pelo fato de estarem em fase de implantação, ainda não foi iniciada a amortização. A seguir um resumo dos pareceres de acesso:

Projeto	Potência (MW)	Concluído	Expectativa Conclusão	Vida Útil (anos)
UFV Nova Ponte	5	out/21	-	25
UFV Montes Claros I	5,5	set/22	-	25
UFV Montes Claros II	4,4	fev/23	-	25
UFV Montes Claros III	5	-	fev/24	25
UFV Buritizeiro I	5	ago/23	-	25

13 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	789	706
	789	706

14 Empréstimos e financiamentos

Em agosto de 2021, foi realizada a 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), no montante de R\$123.000 com distribuição pública, dos quais R\$105.000 referem-se a CRI Seniores - os quais foram disponibilizados em caixa para a Companhia - e R\$18.000 de CRI Subordinados que não foram cedidos para a Companhia e sim substituídos por dação em pagamento. A referida emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM 414 e Instrução CVM 476, com vencimento em agosto de 2030. A taxa remuneratória é de 10% a.a. mais IPCA atualizado anualmente no mês de julho. A movimentação durante o exercício foi, conforme abaixo:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2021	3.268	94.995	98.263
Custos captação	-	1.095	1.095
Transferência custo captação circulante	(593)	593	-
Transferência principal para circulante	7.827	(7.827)	-
Juros incorridos	-	22.000	22.000
Amortizações principal	-	(3.281)	(3.281)
Amortizações juros	-	(10.546)	(10.546)
Em 31 de dezembro de 2022	10.502	97.029	107.531
Custos captação	-	798	798
Transferência custo captação circulante	3.672	(3.672)	-
Juros incorridos	-	15.281	15.281
Amortizações principal	(1.796)	(9.232)	(11.028)
Amortizações juros	-	(10.503)	(10.503)
Em 31 de dezembro de 2023	12.378	89.701	102.079

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Não construir, implantar ou operacionalizar qualquer sistema de geração de energia, inclusive de energia solar fotovoltaica, exceto pelas Centrais;

- Não assumir quaisquer obrigações no âmbito do mercado financeiro e/ou de capitais em montante superior ou igual a R\$2.500 (dois milhões e quinhentos mil);
- Exposição final a determinado consorciado ou cooperado inferior a 2% (dois por cento) da capacidade total de 41,60MWp, exceto se o consorciado ou cooperado em questão tenha um rating local (Brasil) superior a aA3/A-/A-;
- Não vender, transferir, ceder, permutar, renunciar, outorgar opção de compra ou venda, ou de qualquer outra forma alienar ou dispor os Recebíveis de Locação não cedidos à Securitizadora, em favor de terceiros;
- A partir do mês de setembro de 2022 (inclusive), a manutenção, pela Cedente, do índice de cobertura correspondente à razão entre EBITDA e Serviço da Dívida CRI Sênior ("Índice de Cobertura") igual ou superior a 1,40 por 6 (seis) meses consecutivos;
- Após o Completion Físico, a manutenção de índice de cobertura correspondente à razão entre EBITDA e Serviço da Dívida CRI Sênior ("Índice de Cobertura") igual ou superior a 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos);

A Companhia cumpriu com as cláusulas restritivas acima em 31 de dezembro de 2023.

A amortização do valor principal teve início em setembro de 2022.

Garantias

- Aval não solidário dos Acionistas até o Completion Físico e Financeiro do Projeto na proporção fixa de 1/3 das obrigações garantidas, sendo que o Completion Físico e Financeiro do Projeto o cumprimento cumulativo de:
 - finalização da construção da última UFV e entrega de cópia do termo de entrega de obras da respectiva Central emitido pelo prestador de serviço contratado no âmbito do Contrato de EPC ("Contratado EPC");
 - com relação a todas as Centrais, início das operações da respectiva Central conforme solicitação de acesso de conexão da respectiva Central ao sistema elétrico da distribuidora de energia competente e pelo qual a referida distribuidora informa à Cedente os prazos, o ponto de conexão, a potência nominal e as condições de tal acesso ("Parecer de Acesso"), mediante envio do respectivo Parecer de Acesso devidamente assinado;
 - com relação a todas as Centrais, atendimento do índice de capacidade de desempenho de geração de energia (*performance ratio*) da respectiva Central, aferido após o início da sua operação, equivalente a, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do "índice base" da respectiva Central indicado no Anexo 1-A;
 - com relação a todas as Centrais, a celebração do contrato de operação e manutenção, do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"), do contrato de compra de energia regulada ("CCER") e do acordo operativo aplicáveis à respectiva Central;
 - verificação de volume total acumulado de geração de Energia conectada na rede de distribuidoras de energia elétrica, por todas as Centrais, em conjunto, no período dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores ao mês da data de verificação, igual ou superior, ao volume total acumulado do respectivo período indicado no Anexo 1-B;
- Fiança da Cedente garantindo as obrigações do Consórcio/Cooperativa nos termos do Contrato de Locação objeto de lastro do CRI;
- Cessão Fiduciária de recebíveis dos clientes das UFV's;
- Cessão Fiduciária de recebíveis das contas arrecadoras;
- Alienação Fiduciária das ações da Cedente e consequente cessão dos dividendos e direitos econômicos;

- Alienação Fiduciária dos ativos das UFV's e
- Alienação fiduciária dos Direitos de Superfície das UFVs.

A seguir são apresentados os vencimentos das amortizações de principal e juros:

Exercício	R\$
2024	12.378
2025	12.509
2026	12.591
2027	12.736
2028	12.818
2029	12.935
2030	26.112
	102.079

15 Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda pessoa jurídica	-	1.148
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	412
	-	1.560
	31/12/2023	31/12/2022
PIS	61	92
COFINS	281	426
Outros impostos e contribuições a recolher	83	31
	425	549
	425	2.109

16 Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contratos vigentes de arrendamento de superfície de terrenos que serão utilizados para geração de energia fotovoltaica. Ao longo do exercício de 2022 a controladora da Companhia, Evolua Energia Participações S.A., transferiu os contratos de arrendamento celebrados inicialmente por ela para a Companhia. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IGPM/FGV.

A Companhia não possui contratos de arrendamento de baixo valor, aluguéis variáveis e com prazo inferior a doze meses.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Passivo de arrendamento - Terrenos	1.069	1.014
(-) Ajuste a valor presente	<u>(1.013)</u>	<u>(969)</u>
	<u>56</u>	<u>45</u>
Não circulante		
Passivo de arrendamento - Terrenos	23.057	22.772
(-) Ajuste a valor presente	<u>(15.338)</u>	<u>(15.507)</u>
	<u>7.719</u>	<u>7.265</u>
Total	<u>7.775</u>	<u>7.310</u>

A movimentação do passivo de arrendamento durante o exercício é como segue:

Em 31 de dezembro de 2021	<u>6.191</u>
Adições	1.360
Pagamentos arrendamentos	(857)
Ajuste a valor presente	<u>616</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>7.310</u>
Adições	540
Pagamentos de principal arrendamentos	(1.018)
Pagamento de juros arrendamentos	(70)
Ajuste a valor presente	<u>1.013</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>7.775</u>

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Sócio	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de cotas	Capital Subscrito R\$	%	Quantidade de cotas	Capital Subscrito R\$	%
Evolua Energia Participações S.A.	84.921.068	84.921	1000	45.295.555	45.296	100
	<u>84.921.068</u>	<u>84.921</u>	<u>100</u>	<u>45.295.555</u>	<u>45.296</u>	<u>100</u>

O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 84.921 (R\$ 45.206 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 84.921.068 (oitenta e quatro milhões, novecentas e vinte e uma mil e sessenta e oito) cotas no valor de R\$1,00 (um real) cada (45.295.555 (quarenta e cinco milhões, duzentos e noventa e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco) cotas em 31 de dezembro de 2022), totalmente detidas pela sócia Evolua Energia Participações S.A.

17.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora da Companhia efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital através de aportes que totalizam R\$ 15.428 em 31 de dezembro de 2023 e R\$24.197 em 31 de dezembro de 2022. Esses aportes foram efetuados de forma irrevogável e irretroatável.

Todos o saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital foram integralizadas ao capital social em 20 de dezembro de 2023.

18 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é composta pela prestação de serviços de consultoria, assessoria econômico/financeira e arrendamentos e aluguéis de UFVs e terrenos, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com prestação de serviços	-	2.100
Receita com arrendamentos e aluguéis	36.347	13.133
(-) Pis	(600)	(252)
(-) Cofins	(2.762)	(1.158)
(-) ISS	-	(105)
	<u>32.985</u>	<u>13.718</u>

19 Custos operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos e Aluguéis	(1.236)	(20)
Amortizações	(479)	(304)
Depreciação	(5.450)	(1.257)
Créditos sobre depreciação	357	116
	<u>(6.808)</u>	<u>(1.465)</u>

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação dos saldos das demonstrações dos resultados dos exercícios, procedeu à reclassificação de certos custos operacionais, anteriormente classificados como despesas operacionais, apresentados em suas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, originalmente publicadas em 3 de maio de 2023.

As mudanças efetuadas não alteraram o total das demonstrações dos resultados do exercício no exercício findo em 31 de dezembro em 2022.

20 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(2.195)	-
Serviços de Terceiros	(2.026)	(787)
Outras despesas	(401)	(536)
	<u>(4.622)</u>	<u>(1.323)</u>

21 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	<u>13</u>	<u>177</u>
	13	177
(-) Despesas Financeiras		
Juros CRI	(6.667)	(2.856)
Multas e Acréscimos Moratórios	(100)	(9)
Ajuste a valor presente	(1.013)	(714)
Custo de captação de empréstimos	<u>(515)</u>	<u>(152)</u>
	(8.295)	(3.731)
	(8.282)	(3.554)

22 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>13.273</u>	<u>7.376</u>
Alíquota IR/CS nominal %	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social nominal	(4.513)	(2.508)
Adições e exclusões permanentes, líquidas	2.078	6
Imposto de renda e contribuição social no resultado		
Corrente	(2.435)	(2.502)
Alíquota efetiva %	18%	34%

23 Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não é parte integrante de ações tributárias, cíveis e trabalhistas, portanto, nenhuma provisão ou divulgação foi requerida de acordo com o CPC 25.

24 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

24.1 Fatores de risco

24.1.1 Risco de mercado

- (i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de certificados de recebíveis imobiliários, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras – equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 5)	539	120
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	4.673	1.366
Empréstimos e financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota	102.079	107.531
Passivo de arrendamento (Nota explicativa nº 16)	7.775	7.310

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Certificados de Recebíveis Imobiliários sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2024 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2023) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2024. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2024.

	Exposição R\$	Risco	%	Cenário Provável (I)	Cenário II (+/- 25%)	Cenário III (+/- 50%)
Aplicações financeiras (Nota explicativa nº 5)	539	Baixa CDI	11,65%	63	16	31
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	4.673	Baixa CDI	11,65%	544	136	272
Financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	102.079	Alta IPCA	4,62%	4.716	1.179	2.358
Arrendamentos a pagar (Nota explicativa nº 16)	7.775	Alta IGPM	-3,18%	(247)	(62)	(124)

24.1.2 Risco de crédito

A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas ou com terceiros. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito ao final do exercício foi:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras – equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 5)	539	120
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	4.673	1.366

A Companhia não possui risco de crédito por tipo de contraparte e as aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

24.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 anos em diante
Fornecedores (Nota explicativa nº 13)	789	789	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	102.079	5.913	7.635	12.509	76.022
Passivo de arrendamento (Nota explicativa nº 16)	7.775	28	28	56	7.663
	110.643	7.107	8.040	14.358	81.138

Em 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 anos em diante
Fornecedores (Nota explicativa nº 13)	789	789	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	102.079	5.913	7.635	12.509	76.022
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 8)	5.371	-	-	5.371	-
Arrendamentos a pagar (Nota explicativa nº 16)	7.775	28	28	56	7.663
	116.014	6.730	7.663	17.936	83.685

24.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de estrutura de capital. Esse índice corresponde à dívida bruta expressa como percentual do capital total. A dívida bruta, por sua vez, corresponde ao saldo total devedor dos certificados de recebíveis imobiliários e/ou obrigações contraídas no mercado financeiro e de capitais. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida bruta.

A seguir o índice de estrutura de capital em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo financeiros		
Arrendamentos a pagar (Nota explicativa nº 16)	7.775	7.310
Financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	<u>102.079</u>	<u>107.531</u>
Dívida Bruta (A)	<u>109.854</u>	<u>114.841</u>
Total do patrimônio líquido	<u>100.689</u>	<u>74.423</u>
Total do capital (B)	<u>210.543</u>	<u>189.264</u>
Índice de estrutura de capital - % (A/B)	<u>52%</u>	<u>61%</u>

25 Instrumentos financeiros por categoria

25.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações	5	539	539	Nível 2	120	120	Nível 2
Fundos Vinculados	6	<u>4.673</u>	<u>4.673</u>	Nível 2	<u>1.366</u>	<u>1.366</u>	Nível 2
		<u>5.212</u>	<u>5.212</u>		<u>1.486</u>	<u>1.486</u>	
Passivo financeiros							
Custo amortizado:							
Fornecedores	13	789	789		706	706	
Arrendamentos a pagar	16	7.775	7.775		7.310	7.310	
Partes relacionadas	8	5.371	5.371		-	-	
Financiamentos	14	<u>102.079</u>	<u>102.07</u>		<u>107.531</u>	<u>107.53</u>	
		<u>116.014</u>	<u>116.01</u>		<u>115.547</u>	<u>115.54</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

26 Cobertura de seguros

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente as suas Usinas Fotovoltaicas. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil e danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada abaixo:

Coberturas (R\$ mil)	2023	Vigência
Risco Civil	10.000	29/09/21 a 24/06/24
Risco Engenharia	103.370	29/09/21 a 24/06/24
Seguro Garantia	16.762	24/09/21 a 24/05/24
Seguro Patrimonial	42.819	27/09/23 a 27/09/24